

Ata da Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor de Teresina

Aos nove dias do mês de março de dois mil e dezoito, as sete horas e trinta minutos, no Centro de Formação Odilon Nunes, localizado na rua Magalhães Filho, 1772, bairro Marquês de Paranaguá, na cidade de Teresina, no estado do Piauí, iniciou-se o credenciamento de participantes da Audiência Pública, conforme listas de presença anexadas a presente ata. O Edital de Convocação de Audiência Pública para apresentação, discussão e deliberação das diretrizes gerais de ordenação e desenvolvimento territorial que devem informar o novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial do município de Teresina e devolutivas das informações colhidas no processo de participação popular Teresina Participativa, foi publicado no Diário Oficial do Município - DOM – Teresina, Ano 2018, nº 2.228, de 23 de fevereiro de 2018, páginas 05, 06 e 07; no site da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação de Teresina www.semplan.teresina.pi.gov.br, entregue para os membros da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial de Teresina, criada através do Decreto Municipal nº 16.808, de 26 de abril de 2017, presentes em reunião realizada no dia 26 de fevereiro de 2018, na Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, bem como, posteriormente, entregue folder e cartazes de divulgação da Audiência Pública para os membros, enviado para o correio eletrônico dos membros do Núcleo Gestor, criado através do Decreto Municipal nº 16.778 de 06 de abril de 2017. Bem como, enviados os ofícios e os convites ao poder legislativo municipal, ao poder executivo municipal e estadual, aos órgãos federais com sede em Teresina, as instituições, as associações, aos sindicatos, ao correio eletrônico dos participantes do Fórum Teresina Participativa realizado de 26 a 28 de abril de 2017, feitos contatos por telefone com as lideranças comunitárias utilizando a mala direta do Orçamento Popular, realizadas visitas as universidades e faculdades de Teresina, as secretarias municipais, exposto cartazes e Edital e Regulamento da Audiência Pública nos murais das secretarias municipais e superintendências, assim como nas mídias sociais da Prefeitura Municipal de Teresina, veiculado no período de 05 a 08 de março spot nas rádios: Cultura FM, Meio Norte FM, Teresina FM, Difusora FM, Pioneira FM, e realizada entrevista na rádio Cidade Verde no 07 de março de 2018,

às sete horas e quarenta e cinco minutos da manhã. As inscrições foram realizadas de pela internet através de formulário disponibilizado no site da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, e no local do evento, o credenciamento geral foi realizado das sete horas e trinta minutos as oito horas e trinta minutos, e o credenciamento para candidatos a delegado das sete horas e trinta minutos até as dez horas e quarenta minutos da manhã. Estiveram reunidos, atendendo a convocação, vice-prefeito municipal de Teresina Luís Júnior, representante da Câmara Municipal de Teresina vereador Inácio Carvalho, representante do Governo do Estado do Piauí Rejane Tavares da Silva, Secretário Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas Samuel Silveira, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico Aluísio Sampaio, e ainda representantes dos demais órgãos públicos: Secretaria de Estado da Administração e Previdência, Secretaria de Estado do Planejamento, Secretaria de Estado da Educação, Departamento Estadual de Trânsito, Ministério Público do Estado do Piauí, Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí, Instituto de Águas e Esgoto do Piauí, Defesa Civil do Piauí, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Secção do Piauí, Superintendência de Desenvolvimento Urbano Sul, Superintendência de Desenvolvimento Urbano Sudeste, Superintendência de Desenvolvimento Urbano Centro-Norte, Superintendência de Desenvolvimento Urbano Leste, Superintendência de Desenvolvimento Rural, Procuradoria Geral do Município, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; representantes das comunidades rurais: Bela Vista, Cerâmica Cil, Estaca Zero-Lagoinha, Jordânia, Esperança, Soturno, Santa Luz de Baixo, Soinho, Arvore Verde, Serra do Gavião, São Vicente de Baixo; representantes de associações e conselhos comunitários: Associação de Moradores Residencial Amor Perfeito, Associação de Moradores do Real Copacre, Associação de Moradores AMOVAPI, Associação Comunitária do Loteamento Orgmar Monteiro, Associação Santa Maria das Vassouras, Associação de Moradores do Parque Mão Santa, Associação Santa Maria da Codipi III, Associação de Moradores da Alegria, Conselho Comunitário Francisco Marreiros, Associação Moradores da Vila São Francisco, Associação de Moradores da Nova Teresina, Associação dos Moradores do Bairro Satélite, União das Associações dos

Pequenos Produtores - Mocambinho, Associação de Moradores Parque Brasil III, Associação de Moradores do Bairro Morada do Sol e Vila União, Associação dos Amigos do Bairro Itaperu, Associação dos Moradores da Água Mineral, Conselho Comunitário do Verdecap 03, Associação de Moradores Piçarreira I, Associação das Mulheres do HBB, União dos Líderes Comunitários do Estado do Piauí – UNECOST, Associação de Moradores do Residencial Deputada Francisca Trindade, Associação de Mulheres Nova Cajaíba, Associação dos Habitantes do Bairro Satélite, Associação dos Moradores Santa Maria, Associação de Moradores Monte Verde, Associação de Moradores do Residencial Padre Humberto, Conselho Comunitário Dilma Rousseff, Conselho Comunitário Vila Bom Jesus, Associação de Moradores da Vila Mocambinho 1, Conselho Comunitário do Bairro Angelim, Associação de Juventude do Município de Teresina, Associação dos Moradores da Vila Deus Proverá, Associação de Moradores da Vila Madre Teresa II; representantes das instituições: Centro Poti Esporte Lazer, Grupo de Apoio Amor Exigente, Comitê Lagoas do Norte, Organização Preparando Cidadãos – OPC, União Artística Operária de Teresina, Instituto Samara Sena – ISENA, Centro Esportivo Planalto Ininga, Movimento de Apoio a Inclusão Social, Centro de Defesa Ferreira de Sousa; representantes das empresas: Sá Cavalcante, NPJ Construções, Construtora Mafrense, Sonda Engenharia Ltda e Claudino S.A.; representantes de entidades acadêmicas: Mauricio de Nassau, UNINASSAU, Instituto Camilo Filho, Universidade Estadual do Piauí, Universidade Federal do Piauí e Centro Universitário UNINOVAFAPI; representantes de associação, sindicatos e conselhos profissionais: Associação dos docentes da UESPI, Sindicato dos trabalhadores de saúde e previdência, Sindicato dos Lojistas do Comércio do Estado do Piauí, Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Sindicato da Indústria da Construção Civil de Teresina, Conselho Regional de Corretores e Imóveis, Secção do Piauí, Ordem dos Advogados do Brasil, Secção Piauí, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Secção do Piauí e Associação Industrial do Piauí, e representantes dos agentes financeiros: Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal. Ao todo estiveram presentes na Audiência Pública 261 (duzentos e sessenta e um) participantes, conforme listas de presença. Às oito horas e trinta minutos da manhã iniciou-se o processo de abertura da Audiência Pública, com a composição da mesa, composta por: Luiz Júnior - Vice-Prefeito de Teresina, Erick Elycio Reis Amorim - Secretário Municipal de

Planejamento e Coordenação, como Presidente do Plenário, Jhamille Wellenn Almeida Vasconcelos Cardoso – Secretaria Executiva de Planejamento Urbano, representando o Núcleo Gestor e Jardel Ramos da Cruz – presidente da Associação de Juventude Municipal de Teresina, representando a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial de Teresina, seguidamente, Luiz Júnior - Vice-Prefeito de Teresina e Erick Elysio Reis Amorim - Secretário Municipal de Planejamento e Coordenação deram as boas-vindas aos presentes, destacando a importância do evento e da participação, logo após, foi apresentado um vídeo do Prefeito de Teresina Firmino da Silveira Soares Filho, e declarada assim, a abertura da Audiência Pública. Em seguida, a arquiteta Jhamille Wellenn Almeida Vasconcelos Cardoso, Secretária Executiva de Planejamento Urbano, apresentou a síntese dos conteúdos já desenvolvidos no processo de revisão da legislação urbana. Sua apresentação foi estruturada em três grandes tópicos, quais sejam: diagnóstico técnico, resultado da participação social e propostas. Quanto ao diagnóstico, discorreu sobre os principais desafios para o desenvolvimento territorial de Teresina, destacando uma análise sobre o crescimento demográfico e sua relação com a expansão urbana. Trouxe para a reflexão o tema da mobilidade urbana como um grande desafio, assim como a questão ambiental. Ressaltou a forma desordenada como tem ocorrido a ocupação territorial e as baixas densidades que decorrem da cultura local de valorização da moradia em casas unifamiliares. Ainda sobre o tema da ocupação territorial, destacou a existência de inúmeros assentamentos irregulares de baixa renda em áreas que são suscetíveis aos alagamentos. Áreas impróprias a este tipo de uso e distantes dos centros de oferta de emprego e de serviços. O território rural também fez parte das análises realizadas, especialmente no que diz respeito ao processo paulatino de urbanização que está passando e à necessidade de um planejamento específico para esta realidade que leve em consideração seu desenvolvimento sustentável. Foram ainda temas apresentados no diagnóstico como conflitos, a presença do aeroporto na zona urbana e a qualidade dos espaços públicos – calçadas, praças – não convidativa às práticas de mobilidade urbana ativa. Uma comparação entre distintas imagens da cidade revelou uma contradição existente em Teresina: setores urbanos com ruas largas e baixa densidade construtiva, enquanto outros apresentam a situação contrária. Além dos temas relacionados ao

território propriamente dito, o diagnóstico apresentado pela arquiteta Jhamille também abordou o tema da gestão urbana, apontando a necessidade de aprofundamento deste sistema, buscando um processo democrático e contínuo de planejamento. Neste tema, também destacou o esforço empreendido pela gestão municipal em disponibilizar informações atualizadas e sistematizadas à população, informações estas de grande utilidade no monitoramento da implantação do plano diretor. A atual lei urbana também foi destaque no diagnóstico, na medida em que ela apresenta, na visão construída, um excessivo detalhamento e fragmentação. Quanto ao resultado da participação social no processo de revisão do plano diretor, apresentou sinteticamente de que forma a manifestação popular ocorreu e como foi aproveitada na construção estratégica da proposta de legislação urbana. Destacou a importância quantitativa das participações que apontaram a mobilidade urbana como um tema de extrema importância. No que diz respeito às propostas, primeiramente apresentou sua sustentação em princípios relacionados ao DOTS – Desenvolvimento Orientado para o Transporte Sustentável – e às agendas internacionais para a sustentabilidade e resiliência urbana. Após, passou a discorrer sobre cada eixo estratégico proposto, quais sejam: “cidade compacta, conectada e coordenada”, “mobilidade intermodal”, “configuração e apropriação do espaço público”, “qualidade ambiental”, “sustentabilidade do rural”, “crescimento socioeconômico e inclusão sócioterritorial”, “gestão, acompanhamento e controle do planejamento urbano”. Posteriormente, apresentou em linhas gerais o macrozoneamento urbano, descrevendo as macrozonas e o modelo de ocupação do território desejado. Por fim, destacou a estrutura proposta para o futuro Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT que inclui uma parte com diretrizes estratégicas, a segunda com o macrozoneamento e o zoneamento e, a terceira, com os instrumentos – reguladores, da política urbana e de gestão. Após o encerramento da apresentação, a arquiteta Jhamille apresentou os temas dos grupos de trabalho para o prosseguimento da Audiência Pública, assim como as salas em que iriam ocorrer. Grupos temáticos e respectivas salas: Zona Rural, sala 04; Zoneamento Urbano e Desenvolvimento Orientado pelo Transporte Sustentável, auditório; Patrimônio Histórico e Ambiental, sala 02; e Governança, sala 05. O **Grupo de Trabalho sobre a Zona Rural** teve como presidente o Superintendente Executivo da Superintendência de Desenvolvimento Rural – SDR Francisco Duarte Barbosa,

coordenadora a Gerente de Obras Maria Liduína Felix, secretária a cientista social Regina Melo Barros e relator Tiago Rublescki. Após abertura dos trabalhos houveram algumas inscrições questionando a participação no espaço e mesmo os objetivos de se discutir a zona rural em um planejamento urbano. Esclarecido que o PDOT deve trazer diretrizes sobre todo território e de que a participação é um momento muito importante para o desenvolvimento de trabalhos, os trabalhos tiveram prosseguimento conforme o planejado. O representante da empresa consultoria que auxilia o desenvolvimento apresentou uma síntese das propostas e diagnóstico para a zona rural, bem como uma sugestão de diretrizes e princípios que devem constar no PDOT. Dois outros temas importantes para o desenvolvimento do trabalho foram apresentados, a questão das comunidades da zona rural e seu reconhecimento como núcleo urbano e a necessidade de se fazer um Planejamento Estratégico da Zona Rural. Foram 13 (treze) pessoas inscritas para manifestações orais e por escrito. Todas as manifestações foram consideradas e ao final o grupo fez uma sistematização coletiva das propostas mais pertinentes. Essa sistematização dividiu as manifestações em três grupos: demanda por infraestrutura, demanda por serviços e contribuições estratégicas. Infraestrutura/Estrutura: Energia para produção, Irrigação, Iluminação Pública, Quebra-molas/sinalização, Saneamento básico (existência de plano), Implantação de pontes, Infraestrutura para esporte e lazer, Calçamento, Abatedouro para agricultura familiar, Pontos de asfalto ruim ou inexistente – acesso a comunidades; Serviços: Qualificação/capacitação técnica e cursos profissionalizantes para o rural, Assistência técnica pequeno produtor, SAMU no Rural, Comunicação/telefone/internet, Regularização Fundiária, Segurança, Transporte e mobilidade, Coleta de lixo, Capina no interior, Fiscalização loteamentos clandestinos e ocupações irregulares; Políticas estratégicas: Turismo rural/ roteiros/feiras, Desenvolvimento Econômico/desemprego, Incentivos a hortas, Manter jovens no campo, Política agroecológica (ambiental/cultural), Merenda escolar e cinturões verdes, Incentivo pecuária, Ampliação área de produção, Proteção ambiental recursos hídricos, Projetos rurais para núcleos mais urbanos. O **Grupo de Trabalho do Zoneamento Urbano e Desenvolvimento Orientado pelo Transporte Sustentável - DOTS** foi presidido por arquiteta e urbanista da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – STRANS Cintia Bartz Machado, coordenado

pela Secretária Executiva da Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SEMDEC Jannayna Pereira Tavares, teve como secretária a arquiteta e urbanista Larissa Bezerra Azevedo, relator Henrique Evers e apoio do arquiteto da Prefeitura Municipal Enio Moita. O Grupo de Trabalho contou também com a participação de um representante da WRI que acompanha o processo de elaboração do PDOT. A arquiteta Manoela Tosin da Latus Consultoria foi a responsável pela apresentação do material de síntese elaborado com o objetivo de instruir e fomentar o debate junto aos participantes. Participaram do Grupo de Trabalho as entidades, lideranças e demais representações e presentes. Os presentes foram instruídos quanto a sistemática adotada para os debates (três minutos para pronunciamento/perguntas, na forma verbal ou escrita, e três minutos para respostas da equipe técnica) e dos procedimentos para a manifestação oral e/ou por escrito. Várias pessoas se inscreveram para pronunciamento, das quais 9 (nove) se manifestaram presencialmente e as demais, por ter se encerrado o tempo, foram chamadas a escrever suas contribuições/questionamentos nas fichas, as quais serão também consideradas e deverão ser respondidas nos canais correspondentes. A síntese apresentada foi estruturada sobre dois eixos: (i) a apresentação do macrozoneamento, seus objetivos e caracterização de cada macrozona; e (ii) as estratégias e instrumentos a serem utilizados na consecução dos objetivos estabelecidos - da cidade compacta, coordenada e conectada; e da gestão para a sustentabilidade e resiliência da cidade. Após a apresentação deu-se início aos debates. As manifestações ocorridas durante o evento, de forma geral expressam acordo e aceitação em relação ao macrozoneamento proposto e aos objetivos da cidade compacta e conectada, sustentável e resiliente. Entretanto a maior parte das manifestações registrou dúvidas e questionamentos relacionados às estratégias e instrumentos para sua consecução. As seguintes questões foram destacadas: 1- Quanto ao macrozoneamento e zoneamento: Pouca compreensão e conhecimento da etapa proposta, demanda por delimitação das macro-áreas e do zoneamento. 2- Quanto ao adensamento/crescer “para dentro”: Vazios urbanos e aplicação dos instrumentos da Função Social da Propriedade - FSP para induzir a ocupação. Preocupação quanto a real efetividade diante da concentração da propriedade e da fragilidade na gestão (descrédito do poder público para o exercício do poder coercitivo); Vazios Urbanos e infraestrutura precária. Fragilidade /inadequação da

proposta da Outorga Onerosa e insuficiente conhecimento do instrumento. Quanto vai custar? Aumenta custo final a ser repassado para o comprador? Deve ser utilizada somente em áreas com infraestrutura instalada, dialogando com outros setores (transporte, redes de infraestruturas, ambiente natural...). Descrédito, em geral, quanto a aplicação dos instrumentos para induzir a densificação. Como fazer a ocupação dos vazios e promover a verticalização nos locais adequados? Aeroporto como principal entrave da densificação. 3- Saneamento, qualidade ambiental e centro: Foi questionado se na delimitação da zona de ocupação controlada, foram também considerados os inúmeros corpos d'água da cidade; destacada a importância da legislação e Plano Ambiental. Registro da demanda por saneamento da Zona Norte, Manifestações que apontam a ausência/insuficiência no trato de determinados temas como: o mapeamento e as estratégias para a qualificação física-espacial e uso das praças; definir mecanismos para que conjuntos habitacionais só possam ser ocupados pela população após toda a infraestrutura e equipamentos; como resolver as questões de acessibilidade universal – particularmente no espaço público e no transporte coletivo. Centro: Quais as estratégias para realmente efetivar a qualificação e renovação do centro da cidade. Como vai funcionar a Outorga Onerosa no centro se até agora o Índice de Aproveitamento - IA não conseguiu induzir esta renovação? Que tipo de atrativos podem induzir a renovação? Porque não implementar projetos públicos como estratégia de renovação?; 4- Mobilidade, centralidades, desenvolvimento/logística: O Plano Diretor não pode ser visto só como ocupação física do território, deve dar espaço ao desenvolvimento. Vazios Urbanos, o espaço da Embrapa e do Aeroporto quando liberados devem ser pensados para o desenvolvimento e estruturação da cidade; Como induzir as centralidades junto aos terminais? O IA ou Outorga Onerosa é suficiente para consolidar estas centralidades? Tem que pensar projeto de mobilidade, o uso do solo e o uso do espaço público junto aos corredores de ônibus de forma articulada: Aeroporto, Polo Logístico, conforme mapeados no macrozoneamento deve ser meta prioritária para o desenvolvimento municipal; 5- Quanto ao processo participativo e o diagnóstico realizados: Em algumas manifestações foi questionado a qualidade do diagnóstico – muita coisa não foi apresentada e tratada devidamente; a população precisa ser ouvida para qualificar o processo; o conhecimento acumulado partiu de um patamar já construído que não

foi repassado a todos. A cidade tem que ser entendida, usufruída e construída por todos. Consolidar parcerias com setores econômicos e sociais para o desenvolvimento e sustentabilidade. Quanto aos esclarecimentos realizados nas manifestações dos presentes destacou-se a importância do macrozoneamento para definição do zoneamento e a continuidade do processo participativo nesta definição; explicitou-se quanto as questões mais pontuais sobre os instrumentos; destacou-se a importância do sistema de gestão (debatido no Grupo de Trabalho Governança) que instrumentaliza o poder público e as instâncias de participação para aplicação dos instrumentos que não se aplicam somente pela lei/regulação mas por estratégias de gestão; identificou-se que o Plano de Mobilidade trataria de parte dos temas abordados, principalmente o de acessibilidade universal; e por último que o macrozoneamento retrata o modelo e estratégias de desenvolvimento sobre o território e que certamente, na continuidade dos debates do plano diretor (próxima etapa) muitos dos itens levantados serão tratados de forma mais detalhada. Nas repostas também se retomou o processo participativo realizado, que a apresentação é uma síntese geral, mas as informações estão disponibilizadas na íntegra nos canais virtuais, e que a continuidade do processo vai debater temas que são da etapa subsequente – os detalhamentos necessários, os instrumentos do PDOT, os procedimentos e instâncias para o monitoramento e gestão. O **Grupo de Trabalho do Patrimônio Histórico e Ambiental** foi presidido pela arquiteta da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEMDUH Marielly Ibiapina Mascarenhas, coordenado pela arquiteta e urbanista Flávia Neves Maia, teve como secretária a arquiteta e urbanista Débora Cardoso Cavalcante e relatora a arquiteta e urbanista Cláudia Pilla Damásio e apoio da engenheira cartógrafa e agrimensora Mayra Raquel Costa e Silva. O grupo trabalhou dentro da programação proposta e teve uma representação expressiva de distintos segmentos da sociedade, parte mais vinculada ao tema do ambiente natural e outra com foco maior no patrimônio cultural. Inicialmente foi feita uma apresentação de como o tema está sendo tratado no processo de elaboração do PDOT, assim como suas principais propostas. A referida apresentação foi estruturada em três pontos, a saber: “estratégia para revisão dos dispositivos legais”, “princípios e diretrizes relacionados ao tema”, “estratégias para o monitoramento, tendo em vista o desenvolvimento sustentável e resiliente”. Para a sustentação da estratégia proposta, foi apresentado um sucinto

diagnóstico sobre o tema. Neste diagnóstico destacou-se o conjunto de incongruências existente nos conceitos legais atuais, o que torna difícil a compreensão, aplicação e controle da lei. Destacou-se também a necessidade de revisão dos limites e da classificação das Zonas de Preservação Ambiental, pois parte das áreas com esta classificação nunca se constituiu como patrimônio ambiental e parte está descaracterizada. Foi apontado ainda que a legislação é bastante complexa e estabelece uma série de normas de uso e ocupação do solo para os terrenos/prédios inseridos nos perímetros denominados de Zonas de Preservação Ambiental. A avaliação apontou que nem todas estas regras são adequadas à valorização do patrimônio e que, por serem genéricas, não atendem às peculiaridades das distintas situações. Além disto, o diagnóstico destacou que o modelo de regulação do uso do solo nestas áreas é excessivamente normativo não incluindo instrumentos de gestão. O diagnóstico apontou ainda que a legislação atual não traz, dentre seus artigos, a definição de “Zona de Preservação Ambiental”, sendo este um problema pois a definição legal de critérios e atributos ambientais para as categorias de zoneamento ambiental é indispensável à boa aplicação da legislação. Para algumas categorias de Zona de Preservação Ambiental há somente menção à localização territorial no município e não a atributos e/ou critérios ambientais. Quanto à proposta foi sugerida uma abordagem estratégica, que parta de uma definição de “visão” sobre o tema, passando pelo conceito de “proteção” para depois se chegar à definição dos parâmetros de uso e ocupação do solo que subsidiarão as intervenções nestas áreas. Com relação à esta “visão” sobre o tema, foi destacado que ele se insere tanto nas diretrizes estratégicas propostas para o PDOT: “cidade compacta” e “qualidade ambiental”, quanto na caracterização do macrozoneamento, especialmente na Macrozona Área Consolidada. Desta forma, o tema apresenta forte conexão com a estrutura geral e estratégica da futura legislação urbana. A proposta ainda incluiu a descrição de “instrumentos para a proteção”, como: (i) “unidades com valor cultural” - edificações a serem preservadas nas quais qualquer tipo de intervenção deverá ser submetida aos órgãos e conselhos competentes; (ii) “perímetros de preservação das características culturais” - compatibilização do entorno com as edificações classificadas como unidades de interesse cultural; (iii) “perímetros de interesse ambiental cultural” - onde a administração municipal deverá desenvolver projeto estratégico para valorização da

área / setor urbano e as atividades tradicionais devem ser valorizadas e protegidas. Quanto ao patrimônio ambiental natural, a proposta é a classificação das áreas com valor a ser protegido em “zonas de uso sustentável”, categoria que abrigará distintos níveis de preservação e de compatibilização do meio natural com o antrópico. Quanto à gestão, a proposta é a definição de um regime mínimo para as intervenções urbanas em unidades e perímetros com valor a ser preservado. Este regime é composto por parâmetros de uso e ocupação do solo que não estabeleçam uso/ocupação incompatíveis com a preservação. E, para aqueles empreendedores que desejarem parâmetros urbanísticos mais flexíveis, estes terão que aprovar seus projetos nos órgãos e conselhos competentes pela gestão do tema – ambiente natural e cultural. Ainda em relação à estrutura de gestão do patrimônio, a proposta destacou a inclusão do instrumento Transferência do Direito de Construir – como um possível estímulo; a definição de prazos para que o Município desenvolva os estudos necessários e o fortalecimento da estrutura de gestão. Por fim foi apresentada a concepção de um sistema de monitoramento alicerçado nos indicadores da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU. Após a apresentação, foi aberto um período para inscrições de manifestações as quais se deram por meio escrito ou falado. A seguir, uma síntese dos temas debatidos: 1. Separação (ou não) dos conceitos legais de patrimônio ambiental (natural) e cultural – não se chegou a um consenso sobre isto. A lei atual trata os dois enfoques de forma conjunta. Há uma preocupação em deixar a legislação e as regras mais claras; desta forma, tende-se a uma separação dos conceitos. 2. Foi indicado um conjunto de áreas que os presentes consideraram que o seu valor – ambiental e cultural - deve ser reforçado, como: Encontro dos Rios, Lagoas do Norte (patrimônio imaterial), Floresta Fóssil (relação com o entorno). 3. Foi proposta a manutenção dos perímetros atuais das ZP1 e ZP2 como perímetros de preservação do patrimônio cultural. 4. Houve uma manifestação de preocupação a respeito da intenção de tornar o Centro mais adensado e misto e o impacto disto no patrimônio cultural existente na região. 5. Do ponto de vista do ambiente natural, destacou-se o tema da drenagem como de extrema importância. 6. Foi apontada a necessidade do PDOT prever incentivos para a preservação além do tributário. 7. Em relação ao patrimônio histórico, foi ressaltada a importância e conveniência da legislação urbana deixar de tratar apenas a fachada dos prédios como o elemento a ser preservado. 8. Foi

ressaltada a importância de serem desenvolvidos os estudos necessários para o detalhamento da legislação e dos procedimentos de licenciamento urbanístico, bem como da estrutura de gestão, através especialmente dos conselhos. **Grupo de Trabalho Governança** O Grupo de Trabalho Governança foi presidido pelo procurador da Procuradoria Geral do Município – PGM Ivan Rodrigues Barbosa, coordenado pela arquiteta e urbanista Jhamille Wellenn Almeida Vasconcelos Cardoso, teve como secretária a arquiteta e urbanista Edangela de Sousa Cutrim Gomes e relatora a arquiteta e urbanista Laís Corrêa Frota e apoio da tecnóloga em geoprocessamento Aldenora Barros e da assessora da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação – SEMPLAN Clélia Ribeiro. Reunião teve início às 10 horas da manhã, com abertura feita pelo presidente. Após a abertura a coordenadora fez a exposição das diretrizes e sugestões para inclusão no Plano Diretor referentes ao tema da Governança. Ao final da Apresentação foram concedidos 5 minutos para o preenchimento das fichas, onde o participante deveria colocar o nome e a forma de participação (escrita ou oral). Às 11 horas as participações começaram a ser compartilhadas para todos da sala. Consideradas todas as intervenções, fez-se uma sistematização coletiva das propostas mais pertinentes: Composição do Conselho da Cidade: muito setor público e necessidade de ser deliberativo; Burocracia e entraves na análise de processos; Demora no retorno; Educação urbanística; Intercomunicação entre os conselhos; Valorizar a fiscalização; Envolver cartórios e outras entidades no processo de cadastro multifinalitário (fazer convênios); Serviços on line ao cidadão; e Criação de uma autarquia municipal de planejamento urbano que tenha poder de decisão. No início da tarde, concluída a discussão nos Grupos de Trabalho, o representante de cada grupo apresentou uma síntese dos principais assuntos discutidos. Após a demonstração, o público presente pode se manifestar sobre qualquer um dos assuntos discutidos anteriormente nos Grupos de Trabalho. Desta forma, os participantes não ficaram limitados a apenas um tema e tiveram conhecimento sobre o resultado de todo o processo realizado pela manhã. Segue abaixo as considerações finais realizadas pelos presentes: Adicionar os rios na mobilidade urbana; Conselho da Cidade deve ser paritário e Deliberativo; Adotar o imposto progressivo; Utilizar energia solar no rural; Propostas para a questão do centro: Área forte de comércio; revitalização precisa de mais segurança; Trazer repartições

públicas para o centro; Exemplo do “porto digital” de Recife – relacionado a informática; Levar aeroporto e logística para fora do centro; Polêmica quanto ao adensamento e a “virtude” de uma cidade horizontal; IPTU progressivo de acordo com a Infraestrutura; Contra a centralização dos serviços – deve ser substituída pela tecnologia; Centro essencialmente esteja vivo, para revitalizar o centro é a segurança, trazer as repartições; Patrimônio: vazio legais (competências); preservação se dá por listagem, precisa regular o tombamento; Aplicação real do IPTU progressivo e também casado com a infraestrutura instalada; Problema da prefeitura é a horizontalidade dos setores: muitas secretarias tomam de conta do mesmo tema; Questão do saneamento apareceu pouco no debate do PDOT – a percepção que existe menos empreendimentos devido a inexistência de saneamento; Construir mais ecopontos; Construir mais Estações de Tratamento de Água e Esgoto; A sociedade deve ser responsabilizada pelos resíduos sólidos – sociedade vigilante; Necessidade de economizar o custo da cidade – adensar; quem vai financiar a localização do aeroporto; solo criado versus a inexistência de infraestrutura: não se pode cobrar mais por onde não existe infraestrutura; O centro é histórico, não dá para mexer, não dá para colocar mais moradores; Projeto Sanear, na Zona Norte é vergonhoso; Que o PDOT sirva para a criança e o adolescente no esporte amador; Rural: quais os núcleos urbanos e quais regramentos serão instituídos. Utilização da energia solar rural; Urbano: Polos industriais serem ligado de Margem-a-margem do rio como um arco; Patrimônio, definição dos limites das Zonas de Preservação; Reposicionamento dos depósitos dos resíduos sólidos; Necessidade de aprovação de projetos mais rápidos (online); Centralização tem que ser trocada pela tecnologia; Flexibilização de impedimento de determinadas áreas; Estabelecimento de prioridades em infraestrutura; Colocar Encontro dos Rios como patrimônio; Contra a duplicação da Avenida Boa Esperança; Preservação dos rios. Após a manifestação final do público presente, o processo participativo foi encerrado com a promessa que as contribuições serão levadas em consideração no desenvolvimento das próximas etapas. A tarde continuou com a eleição dos delegados para a 2ª Audiência Pública, cujo objetivo será homologar a Minuta de Lei do Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Primeiramente, foi lido o regulamento, especificamente, os artigos referentes a escolha dos delegados: *“Art. 24 – Durante a Audiência Pública para a Revisão do*

Plano Diretor será composto grupo de delegados (as) responsável pela homologação da minuta do Projeto de Lei de revisão do Plano Diretor do Município de Teresina. § 1º Este grupo será formado por: 54 (cinquenta e quatro) delegados (as), representando 0,01% do número de eleitores de Teresina, tendo como referência a evolução do eleitorado por município do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí de janeiro de 2018 – de 543.668 (quinhentos e quarenta e três mil, seiscentos e sessenta e oito) pessoas –, observando-se a seguinte composição: I – 18 (dezoito) delegados natos, sendo: a) Membros da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial de Teresina, criada através do Decreto Municipal nº 16.808, de 26 de abril de 2017, composta por 08 (oito) membros titulares e suplentes, representantes da sociedade civil organizada – sendo 03 (três) representantes dos movimentos populares; 01 (um) representante dos trabalhadores, por suas entidades sindicais; 01 (um) representante dos empresários, por suas entidades sindicais; 02 (dois) representantes das entidades profissionais e conselhos profissionais; 01 (um) representante das entidades acadêmicas e de pesquisa –; e 02 (dois) membros titulares e suplentes do poder público: 01 (um) representante da Câmara Municipal de Teresina e 01 (um) representante do Ministério Público Estadual do Piauí; b) Membros do Núcleo Gestor, criado através do Decreto Municipal nº 16.778 de 06 de abril de 2017, composto por 08 (oito) membros titulares e suplentes do poder público, que são: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito, Procuradoria Geral do Município de Teresina, Superintendência de Desenvolvimento Urbano Centro-Norte, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, e Superintendência de Desenvolvimento Rural; II – 36 (trinta e seis) delegados eleitos na Audiência Pública. § 2º Este grupo de delegados terá a seguinte composição geral: I – Poder público, 42% (quarenta e dois por cento), correspondentes a 23 (vinte e três) delegados; II - Movimentos populares, 27% (vinte e sete por cento), correspondentes à 15 (quinze) delegados; III - Trabalhadores, por suas entidades sindicais, 10% (dez por cento), correspondentes à 5 (cinco) delegados; IV - Empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, 10% (dez por cento), correspondentes à 5 (cinco) delegados; V - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e

conselhos profissionais, 7% (sete por cento), correspondentes à 4 (quatro) delegados, e; VI – Organizações Não Governamentais com atuação na área do Desenvolvimento Urbano e Ambiental, 4% (quatro por cento), correspondentes à 2 (dois) delegados. § 3º Os candidatos representando organizações e demais segmentos devem apresentar documento comprobatório de filiação à entidade no momento do credenciamento e manifestar o interesse em se candidatar a Delegado. § 4º Estarão aptos a se candidatar à 1 (uma) vaga de delegado as pessoas inscritas e presentes na Audiência Pública. Art.25 – Cada segmento social representado no grupo de delegados elegerá os seus próprios representantes”. Logo após, a arquiteta Jhamille Wellenn anunciou quantas vagas estavam disponíveis para cada segmento, que os candidatos eleitos seriam os que obtivessem a maior soma de votos pelos presentes na sala e os suplentes os demais candidatos, por ordem de votos obtidos, e informou que para assegurar a vaga de delegado os candidatos eleitos e suplentes que não tivessem apresentado documento comprobatório de filiação à entidade que representa poderiam entregar até o dia dezesseis de março de dois mil e dezoito na Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação localizada na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, 860, Palácio da Cidade, 4º pavimento, Centro, Teresina-PI. Em seguida, orientou que os presentes se direcionassem para sala correspondente a cada segmento social, com os respectivos mediadores: sendo sala 03 – Poder Público, mediadores Edangela Gomes e João Costa; auditório – Movimento Popular, mediadoras Larissa Azevedo e Regina Barros; sala 05 – Trabalhadores, por suas entidades sindicais, mediadoras Aldenora Barros e Mayra Raquel; sala 04 – Empresários, mediadora Laís Frota; sala 02 – Entidades profissionais e conselhos profissionais, mediadoras Ana Régia Nolêto e Cláudia Damásio; auditório – Organizações Não Governamentais, mediadora Débora Cavalcante. Logo após, começaram os trabalhos por segmento: **I- Poder Público:** compareceram para a escolha desse segmento representantes da: Superintendência de Desenvolvimento Urbano Centro-Norte; Superintendência de Desenvolvimento Urbano Sudeste; Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito; Superintendência de Desenvolvimento Urbano Sul; UGP Lagoas do Norte; Secretaria de Planejamento e Coordenação; Superintendência de Desenvolvimento Rural; Fundação Municipal Monsenhor Chaves; Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e Procuradoria Geral do Município. Das 13 (treze) vagas, foram

ocupadas apenas 10 (dez), sendo eleitos: 1- CENIRA TORRES VIANA VIEIRA DE ALENCAR – SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO CENTRO-NORTE; 2- MARYANNE E DOS SANTOS – SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUDESTE; 3- MAÍSA VELOSO RIO LIMA – SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUL; 4- JOSÉ HAMILTON L LEAL JR – SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUL; 5- ALLYNE VIEIRA MOURA – SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUL; 6- MÁRCIA REGINA DE ALENCAR – UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA LAGOAS DO NORTE; 7- FLÁVIA NEVES MAIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO; 8- MARIA LIDUINA FELIX ARAÚJO – SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL; 9- YASMINE IBIAPINA CADDAH – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA MONSENHOR CHAVES; e 10- EDUARDO SPEEDEN – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO. **II-**

Movimento Popular: compareceram para a escolha desse segmento no Auditório do Centro de Formação Odilon Nunes representantes da: ULCONORTE- União do Líderes Comunitários, União Artística Operária Teresinense, Associação de Moradores da Vila Madre Teresa II, Associação de Moradores do Bairro Morada do Sol e Vila União, Associação dos Moradores da Vila Deus Proverá, Conselho Comunitário Francisco Marreiros, Associação de Moradores Parque Brasil III, Conselho Comunitário do Verdecap 03, Associação dos Moradores do Bairro Satélite, Conselho Comunitário Povoado Bela Vista, Associação dos Moradores do Bairro Água Mineral, Conselho Comunitário do Bairro Nova Brasília, Associação Centro de Defesa Ferreira de Sousa, Associação de Moradores de Pequenos Produtores Santa Luz de Baixo Zona Rural Leste, Associação dos Moradores do Residencial Padre Humberto. As Mediadoras fizeram os esclarecimentos do processo de eleição dos delegados, em seguida, os 15 (quinze) representantes dos movimentos populares presentes se candidataram para concorrer as 12 (doze) vagas e discutiram entre si quem seriam os titulares e quem ficaria na suplência, não quiseram utilizar as cédulas de votação. Foram eleitos por aclamação os seguintes representantes titulares: 1- ASCANIO SAVIO DOS SANTOS E SOUZA - UNIÃO ARTÍSTICA OPERÁRIA; 2- ANTONIO JOSE DA CRUZ - ASSOCIAÇÃO DEUS PROVERÁ; 3- JOAO DE DEUS GOMES – ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO

BAIRRO ÁGUA MINERAL; 4- MARIA DO SOCORRO VIEIRA PINTO - CONSELHO COMUNITARIO DO VERDE CAP III; 5- AGOSTINHO PEREIRA DE SOUSA – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORADA DO SOL E VILA UNIÃO; 6- ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA - CONSELHO COMUNITARIO FRANCISCO MARREIROS; 7- ALBERTINO RIBEIRO DA SILVA - CONSELHO COMUNITÁRIO DO BAIRRO NOVA BRASILIA; 8- ANTONIO CORREIA DOS SANTOS - ASSOCIACAO DE MORADORES PARQUE BRASIL III; 9- RAIMUNDO GUTEMBERG DE OLIVEIRA NETO - ASSOCIAÇÃO CENTRO DE DEFESA FERREIRA DE SOUSA; 10- WAGNER CARDOSO DOS SANTOS OLIVEIRA - ASSOCIACAO DE MORADORES DA VILA MADRE TERESA II; 11- MOISES TEODORO DA SILVA - ASSOCIACAO DE MORADORES DE PEQUENOS PRODUTORES SANTA LUZ DEBAIXO ZONA RURAL LESTE; 12- ELIAS BARBOSA – ULCONORTE; e 03 (três) suplentes: 1- FRANCISCA DITOSA DOS SANTOS LIMA - ASSOCIACAO DOS HABITANTES DO BAIRRO SATELITE; 2- ANA CAROLINA PEREIRA DA COSTA - ASSOCIACAO DOS MORADORES DO RESIDENCIAL PADRE HUMBERTO; 3- JOSE FRANCISCO BORGES DA CUNHA – CONSELHO COMUNITÁRIO POVOADO BELA VISTA. **III- Trabalhadores, por suas entidades sindicais:** compareceu para escolha desse segmento um representante do Sindicato dos Trabalhadores de Saúde e Previdência. Das 04 (quatro) vagas apenas uma foi ocupada por MARBRI WENCESLAU DE ARAÚJO – SINDICATO DOS TRABALHADORES DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA. **IV- Empresários:** compareceram para escolha desse segmento representante do: Sindicato dos Lojistas do Comércio do Estado do Piauí, Sindicato da Indústria da Construção Civil de Teresina, Associação Industrial do Piauí, NPJ Construções, Claudino S/A, Apoio Construções. Sendo eleitos 04 (quatro) titulares: 1- ANDRÉ CANUTO BAIA – SINDICATO DA INDÚSTRIA CONSTRUÇÃO CIVIL DE TERESINA; 2- ROSTAND CLAUDINO MOREIRA – CLAUDINO S/A; 3- ELANO SAMPAIO SANTOS - ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO PIAUÍ; 4- JOSÉ LUÍS GONÇALVES FORTES FILHO - NPJ CONSTRUÇÕES; e 04 (quatro) ficaram na suplência: 1- JENNER MAXUEL MATOS DA SILVA - APOIO CONSTRUÇÕES; 2- GIBERTO DIEGO VERISSÍMO PEDROSA - ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO PIAUÍ; 3- EMMANUEL PACHECO LOPES – SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMÉRCIO DO ESTADO DO PIAUÍ; e 4- FRANCISCO ADRIANO T. C. BRANCO. **V- Entidades**

Profissionais e Acadêmicas: compareceram para escolha desse segmento representante do: Instituto de Arquitetos do Brasil; Ordem dos Advogados do Brasil, seção Piauí; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia; Universidade do Estadual do Piauí; Conselho de Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal do Piauí; Conselho Regional de Corretores de Imóveis. Candidataram-se para concorrer à vaga de titular os membros do Instituto de Arquitetos do Brasil (Emanuel Rodrigues Castelo Branco), Ordem dos Advogados do Brasil (Natan Pinheiro de Araújo Filho) e Universidade do Estadual do Piauí (Márcio Antônio S. Rocha). O processo de escolha dos delegados se deu por meio de votação utilizando cédulas, onde o representante da Ordem dos Advogados do Brasil obteve 6 (seis) votos, o representante do Instituto de Arquitetos do Brasil obteve 5 (cinco) votos e o representante da Universidade do Estadual do Piauí obteve 1 (um) voto. Assim foi eleito titular: NATAN PINHEIRO DE ARAÚJO FILHO – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO PIAUÍ, e 02 (dois) suplentes: 1- EMANUEL RODRIGUES CASTELO BRANCO - INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL; e 2- MÁRCIO ANTÔNIO S. ROCHA - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **VI- Organização Não Governamental:** compareceram para escolha desse segmento representante do: Movimento de Apoio à Inclusão Social, Instituto Musart de Teresina e Organização Preparando Cidadãos. Os presentes se candidataram e decidiram em consenso os 02 (dois) titulares, que são: 1- FLÁVIO ANDRÉ PEREIRA MOURA - MOVIMENTO DE APOIO À INCLUSÃO SOCIAL – MAIS; e 2- EDIMILSON VIEIRA DE ABREU - INSTITUTO MUSART DE TERESINA; e o suplente: ANTÔNIO CASTRO ALVES - ORGANIZAÇÃO PREPARANDO CIDADÃOS – OPC. Após a definição dos delegados, todos os presentes foram convidados a retornar ao auditório para o encerramento oficial da Audiência Pública. Às dezessete horas e vinte e dois minutos o Secretário Municipal de Planejamento e Coordenação Erick Elysio Reis Amorim, agradeceu a participação de todos e não havendo mais nada a tratar foi encerrada a Audiência Pública. Seguidamente, foi feito o registro fotográfico dos delegados eleitos para participar da 2ª Audiência Pública que tem como objetivo homologar a Minuta de Lei de Revisão do Plano Diretor do Município de Teresina.